

O Globo
7/6/98
41 6

TEMA EM DISCUSSÃO: *Devastação da Mata Atlântica*

NOSSA OPINIÃO

O maior inimigo

Quando o Brasil foi descoberto, o território que mais tarde se tornaria o Estado do Rio de Janeiro era praticamente só Mata Atlântica. Quase 500 anos depois, o Rio é de todos os estados brasileiros o maior adversário do que resta da densa cobertura vegetal que impressionou os descobridores. De 1990 a 1995, foram destruídos 140 mil hectares, 13,13% da área existente no começo da década. Junto com a madeira, ecossistemas estão indo embora — o que compromete não só a biodiversidade da região, mas também a qualidade de vida das próximas gerações.

A devastação reduz a quantidade de água nos mananciais — destruindo as sombras que protegem as nascentes — provoca alterações climáticas e acaba com áreas de lazer.

O maior agente da destruição no estado foi a especulação imobiliária, que produziu estragos em Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, onde a mata desapareceu, abrindo caminho para condomínios. Em outras áreas, os principais predadores são o capim e o gado. Só no município de Trajano de Moraes, as pastagens engoliram 7.700 hectares em seis anos.

A redução da Mata Atlântica no Rio, duas vezes mais veloz que a da Floresta Amazônica, é

obra também das onipresentes madeiras e das queimadas.

Não é por falta de leis. Os legisladores têm mostrado serviço: existem o Código Florestal, a Lei da Motosserra, o Decreto 750 e a mais recente e abrangente Lei de Crimes Ambientais. O principal problema é a insuficiência da fiscalização. Para ficar só num exemplo: a Lei da Motosserra é de 1988, mas só começou a ser aplicada em 1995. Não cabe sequer discutir argumentos oportunistas de donos de serrarias que violam a lei. Eles alegam que dão sustento a milhares de pessoas. Acontece que até a mais negra atividade ilegal pode dar essa desculpa — que certamente não vale para justificar a dilapidação de um patrimônio nacional. As madeiras clandestinas desrespeitam o princípio elementar da necessidade de equilíbrio entre desenvolvi-

... rouba a
qualidade de
vida das
gerações
futuras

mento e preservação.

A devastação permite que um patrimônio coletivo seja usufruído por poucos, e rouba a qualidade de vida das gerações futuras.

O prognóstico da Fundação SOS Mata Atlântica é alarmante: se nada for feito, em 50 anos não se falará mais em Mata Atlântica. Parece evidente que as autoridades estaduais estão fazendo muito pouco, e muito devagar, para enfrentar uma deterioração que avança rapidamente.

OUTRA OPINIÃO

Um problema secular

RONALDO ABRAHÃO AZARO

O Governo do estado, desde o início do século, está preocupado com a devastação ambiental. Já dizia Nilo Peçanha em 1904: "Quem viu naquela época a Bacia do Paraíba, ostentando soberbamente o vasto de suas culturas, e observa hoje a desolação de suas terras despidas, a decadência de suas cidades e a depreciação geral das propriedades, o esqueleto das fazendas, cuja casaria deixa a impressão de um monte de ossadas, sente a tristeza apertar-lhe o coração." Como se vê, o problema vem desde o início do século e tem se agravado.

Ciente das dificuldades, o IEF/RJ sabe que não basta discutir os números de hectares desmatados. O diagnóstico é importante para achar uma forma de acabar com o mal, ou atenuá-lo. É preciso não esquecer, porém, que a história natural está interligada à história cultural. Por isso, é fundamental que conscientizemos urgentemente toda a comunidade da importância de não desmatar.

Assumi a presidência do IEF em outubro de 1995. Em 96, foram autuados 165 hectares de desmatamento irregular. Ano passado, foram 200 hectares. Mesmo que tivéssemos um número suficiente de fiscais bem treinados, não resolveríamos um problema que se arrasta desde 1870 sem mudar hábitos arraigados. Conscientes disso, nossa principal arma para mudar esse quadro será a educação ambiental.

O IEF tem técnicos competentes e devotados, mas precisamos da participação de toda a sociedade. O desmatamento da Mata Atlântica pode significar a destruição de plantas medicinais que poderiam livrar a Humanidade de várias

doenças. Além disso, pode provocar o desequilíbrio ambiental, comprometendo as nascentes e a oferta de água potável. Enquanto essa conscientização não acontece, já estamos trabalhando junto à Superintendência do Ibama uma campanha nesse sentido. As ações já adotadas incluem a fomentação de um horto florestal no Parque Estadual de Pedra Branca, com espécies raras da Mata Atlântica, e, no mesmo parque, a implantação de um projeto piloto de um banco de plantas medicinais. Está sendo estudada ainda a criação de um centro de triagem de animais silvestres.

A fiscalização e a conscientização têm sido preocupações constantes de nossa administração. Já entregamos um posto de fiscalização à comunidade do Camorim, na Pedra Branca, que fará visitas guiadas ao parque, como forma de educação ambiental.

O Rio ainda tem do que se regozijar: a área decretada conjunta dos quatro parques nacionais fluminenses corresponde a 3,2% da superfície do estado. Essa cifra, aparentemente insignificante, é bastante superior ao percentual

do território brasileiro, incluído em todos os 34 parques nacionais existentes em 1991: 1,13%. Isso é um grande alento. Imagine um estado, que desde 1870 carece de áreas naturais inexploradas ou pouco exploradas, tendo um percentual significativamente maior de terras protegidas do que o conjunto do território brasileiro, dotado ainda hoje de vastas "fronteiras". Isso sem contar os parques estaduais, que são seis, e só o Parque Estadual do Desengano, no Norte Fluminense, tem uma área de 22.400 hectares.

Nossa
principal arma
... será a
educação
ambiental

RONALDO ABRAHÃO AZARO é presidente do Instituto Estadual de Florestas.